

# Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização – Persistência do Contraponto Inacabado<sup>1</sup>

**Carlos Américo Leite Moreira**

Doutor em Economia. Pós-doutorado em Economia Política Internacional.  
Professor Titular e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Membro Associado do Centre d'Études sur l'Intégration et la Mondialisation (CEIM) de l'Université du Québec à Montréal.  
americo@ufc.br

**Inez Silvia Batista Castro**

Doutora em Economia.  
Professora Associada do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.  
inezmaio@gmail.com

**Alfredo José Pessoa de Oliveira**

Doutorando em Economia Política. Mestre em Teoria Econômica.  
Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.  
alfredoufc@gmail.com

## Resumo

Este estudo investiga se, no contexto do capitalismo financeiro, a questão regional nordestina ainda se enquadra como processo de subordinação à reprodução tanto do capital nacional, como mundial, muito embora conserve nuances próprios/particularidades, conforme defendido por Ferreira (1983). Para este fim, é realizada a análise comparativa da estrutura produtiva nordestina, salientando as semelhanças e diferenças entre a inserção produtiva da Região no século XX e no século XXI, bem como as políticas públicas que influenciaram nesta trajetória. Dentre as semelhanças, destacam-se o papel do Estado para o crescimento econômico regional, em especial no processo de industrialização e de formação de grandes complexos agroindustriais. Também são duradouras a estrutura concentrada da terra e a persistência da desigualdade de renda do Nordeste comparativamente aos outros espaços do Brasil. No que toca às diferenças, percebe-se que, no século XXI, o desempenho do Estado no Nordeste muda de tônica, acentuando-se o uso de políticas sociais de amplitude nacional, como o Bolsa Família, mas que apresentam resultados positivos para o combate das desigualdades regionais. Finalmente, são tecidas considerações sobre os limites e as possibilidades da atuação das políticas públicas para o futuro próximo da Região Nordeste.

## Palavras-chave

Nordeste. Política de Desenvolvimento. Financeirização. Questão Regional.

## 1 Introdução

Em artigo intitulado “O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação?”, publicado na Revista de Economia Política em 1983, Assuéro Ferreira considerou que a questão regional está condicionada à trama da reprodução do capital em nível nacional/mundial, no entanto, esse processo de subordinação não suprime as especificidades locais. Nas palavras do autor, a questão regional deve ser

---

<sup>1</sup> Este artigo retoma e atualiza as discussões protagonizadas pelo professor Assuéro Ferreira em Economia do Desenvolvimento. Rendemos assim, nossa homenagem ao mestre eterno da Economia.

“considerada como um problema de um espaço socioeconômico específico que, embora mantendo os seus elementos singulares de relações estruturais, está francamente atrelado a um processo diante do qual assume um papel subordinado e/ou subordinativo num jogo dialético de determinações, prevalecendo, em última instância, o modo faciendi do espaço socioeconômico mais dinâmico ou homogêneo” (1983, p.72).

É nessa perspectiva que Ferreira procurou analisar o papel da Região Nordeste no reordenamento do processo de acumulação de capital em nível nacional. O autor parte, inicialmente, da constatação de que o modo de produção capitalista no Brasil, na fase nacional-desenvolvimentista, caracterizava-se pela afirmação de sua base predominantemente urbano-industrial, com um forte movimento de concentração e centralização de capitais na Região Sudeste.

Contudo, a partir dos anos cinquenta, pressões por um reordenamento do processo de acumulação de capital no âmbito nacional visavam “o aprofundamento do horizonte de investimentos de tal forma a viabilizar em escala nacional a reprodução do capital independentemente da localização”. (FERREIRA, 1983, p.79). Nesse sentido, avalia o autor, o papel do Estado foi crucial, com a criação de “mecanismos tais que asseguram um processo de capitalização a partir de transferências de parcelas do excedente gerado no processo produtivo e apropriadas através da taxação que irão incentivar ou promover a acumulação (FERREIRA, 1983, p.80).

Na verdade, a perspectiva era intensificar os investimentos de modo a viabilizar em escala nacional a reprodução do capital independentemente da localização. Nessa dinâmica, a expansão capitalista na direção da Região Nordeste assumiu a forma de complementariedade produtiva, num processo de descentralização concentrada do capital. Como qualificar esse movimento de expansão dos capitais? Na visão do autor, os capitais nacionais e estrangeiros localizados na Região Sudeste deslocam-se para o Nordeste na expectativa de realizar investimentos na ampliação no número de fábricas, mantendo a estrutura técnica utilizada nas regiões de origem do capital.

Por outro lado, diante da incipiência da estrutura produtiva interna, a expectativa aberta ao capital na Região Nordeste implicou mudanças técnicas, com a implantação de uma estrutura produtiva capital intensiva. Essa transformação da base técnica realizou-se em desacordo com a disponibilidade fatorial da Região, caracterizada pelo amplo contingente de mão de obra disponível.

É nesse sentido, conclui o autor, que se consolidou

“o mecanismo de subordinação-dependência, agora numa estágio mais avançado e mais amplo, que na realidade expressa o modo como o capital consegue impor hegemonicamente as suas formas dinâmicas de reprodução, no caso, através de uma disseminação oligopólica integrada à acumulação em escala mais ampliada, tendo o Estado como elemento pilar de enfrentamento” (FERREIRA, 1983, p.84).

Nessa dinâmica, não se observaram mudanças estruturais na estrutura agrária nordestina, que permaneceu assentada em formas arcaicas de produção, com predomínio de uma economia de subsistência nos minifúndios integrada aos latifúndios relativamente improdutivos.

Como entender esse processo de subordinação-dependência da economia nordestina no contexto de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado no século XXI?

Para responder este questionamento, este artigo será dividido em cinco tópicos, inclusive esta introdução. Cada tópico enfoca uma esfera de análise. No segundo tópico, é analisada a economia brasileira no contexto do capitalismo financeirizado. No terceiro tópico, são abordadas as políticas de Estado de desenvolvimento regional adotadas até a década de 1990 – período coberto pelo texto de Assuero Ferreira e as diferenças e semelhanças da ação pública naquela época e no século XXI. Uma das diferenças apontadas é o fortalecimento de políticas sociais que acabam por ter impacto regional. Esta diferença conduz o trabalho ao seu quarto tópico onde são estudados os indicadores sociais da Região Nordeste. Finalmente, são tecidas as considerações finais.

## 2 A Economia Brasileira no Contexto do Capitalismo Financeirizado

A década de 1970 é o marco inicial para a era do capital improdutivo. A partir deste período, os movimentos em torno da desregulação do setor financeiro, a desagregação da antiga União Soviética

(no final dos anos 1980) e a desestruturação do setor público, expressa nas medidas propositivas do Consenso de Washington se aprofundam. Na década de 1990, crises econômicas (crise do Sistema Monetário Europeu em 1992, Crise Mexicana em 1994/95, Crise Asiática em 1997 e Crise Russa em 1998) se avolumam sem arranhar as estruturas do mundo das finanças e é inaugurada uma nova ordem mundial, com poucas regras de controle, sem pátria e desprovida de projetos nacionais de desenvolvimento. É a supremacia dos mercados sobre as políticas de governança macroeconômicas pactuadas em Bretton Woods, desfazendo o arranjo Keynesiano do pós-guerra, garantindo a liberdade de capitais que avançou sobre o desenvolvimento econômico gerando menos renda, maior instabilidade, menos empregos, flexibilização da força de trabalho e menor proteção social.

É nesse contexto que devemos compreender a inserção de regiões periféricas na era do capital improdutivo, aquele que de acordo com Dowbor (2017) configura-se numa nova arquitetura de poder sob domínio do financeiro, sequestrando democracias e ameaçando a existência. Em outras palavras, o poder dos mercados é o poder das corporações que contrasta com os projetos de desenvolvimento nacionais, com o conceito de Nação e de cidadania.

A inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado, na década de noventa, mudou o vínculo dessa economia aos países centrais, configurando novas formas de dependência. De fato, a dominância explícita da esfera financeira, que caracteriza essa nova fase, implicou o questionamento da lógica industrializante do regime de acumulação precedente. O aumento do poder da finança resultou no abandono da experiência de industrialização fundada no voluntarismo do Estado. Com a credibilidade da intervenção do estado questionada, a concepção liberal passa a atribuir a crise do modelo de substituição de importações ao intervencionismo estatal, omitindo os avanços substanciais no período entre o pós-guerra e a década de oitenta.

A adaptação às exigências particulares do regime de acumulação de dominância financeira exigiu mudanças importantes no modelo econômico brasileiro. Nesse novo contexto, o redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação econômica, implicou um processo de abertura comercial e financeira, bem como a implementação de políticas fiscais e monetárias rígidas visando à estabilidade monetária. A lógica da política de estabilização, baseada na manutenção de taxas de juros elevadas, foi determinante para a sobrevalorização cambial.

Como decorrência, a economia brasileira passou a conviver com um duplo déficit, orçamentário e comercial. No caso do déficit orçamentário, sua elevação ocorreu concomitantemente à existência de saldos primários, revelando o papel da alta dos juros para o acréscimo da dívida pública. Os déficits comerciais, por sua vez, resultaram tanto da apreciação cambial quanto da abertura comercial. Como consequência, constatou-se um intenso processo de reestruturação da estrutura produtiva nacional, com aumentos de produtividade decorrentes do desemprego em massa e dos ajustes microeconômicos das grandes empresas. (TAVARES e BELLUZZO, 2002; FILGUEIRAS, 2000; AMÉRICO MOREIRA e FORTI SHERER, 2002)

Na verdade, a combinação de apreciação cambial e reestruturação produtiva desencadeou um movimento de substituição de produção local por importações. Nesse processo, insumos e bens de consumo anteriormente produzidos no país foram substituídos por importações, desestruturando as cadeias produtivas internamente constituídas ao longo do período de industrialização (AMÉRICO MOREIRA e PIMENTEL, 2016).

A substituição de parte de produção industrial por importações comprometeu a participação da indústria no produto, desencadeando um processo de desindustrialização. A combinação juros elevados e câmbio apreciado, a ausência de política industrial e a abertura comercial indiscriminada foram fatores decisivos para esse movimento de desindustrialização. Como destacam Beluzzo e Galípolo (2017, p.135), “a eutanásia do empreendedor é perpetrada pelos esculápios do rentismo. A indústria e a industrioidade vergam ao peso dos juros elevados e de câmbio sobrevalorizado”.

Esses fatores foram decisivos para a constituição da reprimarização da pauta importadora brasileira. Na avaliação de Gonçalves (2000), com a perda de competitividade da indústria brasileira e a transformação no padrão do comércio exterior, o Brasil afirma-se como exportador de commodities metálicas e agrícolas.

Essa configuração permanece nos anos 2000. As exportações brasileiras seguem ainda bastante especializadas em produtos básicos, com forte dependência da conjuntura externa. A parcela desse segmento saltou de 22,8% em 2000 para 46,4% em 2017.

Entretanto, entre 2006 e 2014, o duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil está associado ao dinamismo do mercado interno, em especial ao segmento assalariado. O mercado assalariado local passa a constituir um elemento dinâmico nesse novo padrão de reprodução do capital. Vários fatores contribuíram para o crescimento desse segmento na demanda doméstica, com destaque para a política de valorização do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e a estratégia agressiva dos bancos públicos de ampliação do crédito. O direcionamento em favor do fortalecimento do mercado interno resultou igualmente da melhoria do quadro fiscal que permitiu a retomada das políticas públicas, em especial as federais. As políticas sociais, por exemplo, abriram espaço para o crescimento das rendas das famílias.

Ademais, a retomada dos investimentos em infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi crucial para a expansão do mercado doméstico. A realização de blocos de inversões garantiu a ampliação da matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis) e o desenvolvimento da infraestrutura logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias). Adicionalmente, o Governo ampliou os investimentos em infraestrutura social e urbana envolvendo saneamento, habitação, metrô, trens urbanos e infraestrutura hídrica. Vale destacar que o PAC significou uma retomada parcial do planejamento estatal impossibilitado pela crise da dívida nos anos oitenta e abandonado pelo receituário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington dos anos noventa.

### 3 A Questão Regional no Século XXI: Contraponto Inacabado

Como entender o processo de expansão capitalista na direção do Nordeste neste século no contexto do Regime de Acumulação de Dominância Financeira?

No caso do Nordeste, seu dinamismo econômico foi condicionado por fatores vinculados ao desenvolvimento da base produtiva e à expansão do mercado interno. Um exame das características do padrão de reprodução do capital na Região Nordeste revela que o processo de dependência-subordinação analisado por Assuéro Ferreira na fase de industrialização apresenta uma nova configuração no novo contexto de dominância financeira.

O primeiro está relacionado com a realização de investimentos significativos na produção e exportação de recursos naturais, motivados pela tendência altista dos preços das commodities no mercado mundial. Nessa perspectiva, vale salientar os grandes projetos de fruticultura irrigada assim como a forte produção de grãos do oeste nordestino, sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais (BACELAR, 2014). Um estudo recente realizado por Gomes (2014) revela que a produção agrícola dos cerrados nordestinos praticamente quadruplicou na década passada, saindo de R\$ 2,78 bilhões em 2000 para R\$ 9,32 bilhões em 2010. Considerando a disponibilidade de terras e uma demanda mundial por grãos elevada, a expectativa do autor era de uma expansão ainda maior na produção de grãos na Região.

Os investimentos na base primária localizados na Região Nordeste contribuíram para fortalecer o novo padrão de reprodução do capital que afirma-se no plano nacional com o fim do modelo industrial e tem como traço distintivo a especialização produtiva e exportadora em commodities metálicas e agrícolas. (AMÉRICO MOREIRA e SEBAG, 2014).

De fato, estudos recentes revelam a dominância dos produtos primários na pauta exportadora da Região. As vendas internacionais nos segmentos próximos à agropecuária e à extração mineral dominam a pauta regional (ALMEIDA, 2009; FONTENELE e MELO, 2010). Nesse processo, vale mencionar o papel de destaque do comércio bilateral da Região Nordeste com a China na consolidação do padrão de especialização exportador baseado em produtos primários. (MELO; AMÉRICO MOREIRA; WEBER, 2010)

A Região Nordeste foi contemplada com amplos investimentos industriais e de infraestrutura econômica e social nesse período no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A importância desse Programa para o Nordeste pode ser medida pelo número de empreendimentos na Região. Até fevereiro

de 2019, a Bahia contou com 3.252 empreendimentos superando estados com maior poder econômico como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Apenas Minas Gerais, cujas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha se encontram na área de atuação do Banco do Nordeste, ultrapassa as estatísticas baianas, com 3.468 empreendimentos. Vale destacar igualmente que Ceará, Pernambuco e Maranhão ocupam, respectivamente, a quarta, quinta e sexta posições brasileiras em quantidade de empreendimentos do PAC, especialmente em infraestrutura social e urbana. (FONTENELE; OLIVEIRA; CAVALVANTE, 2019).

A realização de inversões na Região constituiu-se uma contratendência ao contexto de acelerada desindustrialização no âmbito nacional. De fato, a participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto (VAB) apresentou ligeiro acréscimo na fase anterior a crise econômica mundial, saindo de 9,7% em 2002 para 10,3% em 2008. Entretanto, constata-se uma forte desaceleração no período pós-crise, com o segmento atingindo apenas 7,7% do VAB em 2014 (Tabela 1).

Tabela 1 – Nordeste – Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – 2002 a 2014

Atividades Econômicas	Participação no Valor Adicionado Bruto (%)												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Região Nordeste</b>													
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>10,0</b>	<b>10,8</b>	<b>10,2</b>	<b>8,9</b>	<b>8,5</b>	<b>8,1</b>	<b>8,8</b>	<b>7,9</b>	<b>6,7</b>	<b>7,0</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Indústria</b>	<b>23,0</b>	<b>22,5</b>	<b>23,6</b>	<b>23,1</b>	<b>23,2</b>	<b>22,0</b>	<b>22,1</b>	<b>21,4</b>	<b>22,9</b>	<b>22,1</b>	<b>21,7</b>	<b>20,3</b>	<b>19,4</b>
Indústrias extrativa	1,9	2,0	2,4	2,7	2,8	2,6	3,1	1,6	2,1	2,4	2,7	2,3	1,6
Indústrias de Transformação	9,7	11,6	10,9	11,3	10,6	10,5	10,3	10,1	9,7	8,4	7,6	7,8	7,7
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,5	3,7	3,9	3,7	3,5	3,3	3,1	2,9	3,3	3,1	3,1	1,9	2,2
Construção	7,9	5,1	6,4	5,4	6,3	5,6	5,7	6,7	7,8	8,2	8,4	8,3	7,9
<b>Serviços</b>	<b>67,1</b>	<b>66,7</b>	<b>66,2</b>	<b>68,0</b>	<b>68,3</b>	<b>69,9</b>	<b>69,1</b>	<b>70,8</b>	<b>70,4</b>	<b>70,9</b>	<b>72,1</b>	<b>73,5</b>	<b>74,3</b>
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	8,4	10,2	10,5	11,9	11,7	12,8	13,4	14,2	14,4	14,3	14,8	14,7	15,0
Transporte, armazenagem e Correios	3,2	3,0	3,3	3,2	3,1	3,4	3,6	3,5	3,6	3,8	3,7	3,7	3,6
Alojamento e alimentação	2,3	2,0	1,9	2,3	2,2	2,5	2,3	2,6	2,7	2,9	2,9	3,0	3,1
Informação e comunicação	3,1	3,2	3,0	3,2	3,1	3,0	2,6	2,1	2,0	2,0	1,8	1,8	1,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,9	3,3	3,0	3,1	3,1	3,2	2,8	2,9	3,1	3,0	3,1	3,0	3,2
Atividades Imobiliárias	10,9	10,5	10,0	9,7	9,2	9,2	9,1	9,0	8,7	8,8	9,6	10,0	10,0
Serviços prestados às empresas	4,6	4,7	5,3	5,0	5,1	5,3	4,9	5,3	5,9	6,1	6,3	6,5	6,8
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	23,6	23,3	22,4	23,4	24,1	24,2	24,5	25,0	24,4	24,3	23,8	24,3	24,3
Educação e saúde privadas	3,7	3,6	3,5	2,9	3,0	2,9	2,7	2,7	2,6	2,7	3,0	3,4	3,5
Outros serviços	3,4	3,1	3,2	3,3	3,5	3,3	3,2	3,3	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015a)

Esses investimentos permitiram a criação na Região de um ciclo endógeno em que as inversões do Estado e do setor privado, ao criarem seus próprios mercados, contribuíram para a expansão da capacidade produtiva. Ou seja, as decisões de investimentos foram determinadas pela criação de maneira autônoma ou induzidas pelas relações interindustriais de um amplo mercado regional. Trata-se, portanto, de decisões de gastos dos empresários e do Estado que ampliaram a capacidade da estrutura produtiva da Região Nordeste. A implementação desses investimentos foi decisiva para o dinamismo da construção civil no plano regional.

A retomada dos investimentos em infraestrutura na Região Nordeste surge em um momento de ampliação da demanda regional, com a inclusão de uma parcela significativa da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo. As condições favoráveis de crédito ao consumo, o crescimento da massa salarial e os programas de transferência de renda foram determinantes para essa expansão da demanda doméstica.

De fato, o mercado interno nordestino ganha relevância nessa nova fase. A política de valorização do salário mínimo, empreendida desde 2013, foi decisiva para ampliar o poder de compra de assalariados na Região. É importante mencionar que o Nordeste concentra uma parte substancial da população que ganha um salário mínimo. O aumento dos empregos formais em setores estratégicos da matriz produtiva nordestina foi igualmente decisivo para a expansão da massa salarial na Região. Ademais, destaca-se a relevante participação do setor público como empregador e investidor na Região. Por fim, o crescimento da demanda regional também é tributário do forte incremento do crédito dirigido às empresas e às pessoas físicas. Nessa perspectiva, vale mencionar a atuação destacada do Banco do Nordeste do Brasil na expansão dos financiamentos direcionados ao setor produtivo regional. Do ponto de vista setorial, o resultado desse dinamismo foi uma forte progressão do setor serviços na Região. A participação desse segmento no valor adicionado bruto passou de 67,1% em 2002 para 74,3% em 2014, com destaque para as atividades mais diretamente associadas ao desempenho da demanda (Tabela 1).

Em contrapartida, alguns aspectos desse novo modelo não se diferenciam substancialmente do padrão observado na fase precedente de acumulação. O avanço da acumulação no campo, com o desenvolvimento de grandes projetos de monocultura voltados para a exportação, ocorreu sem alterações na estrutura de uso e posse da terra. Ou seja, configura-se na Região Nordeste um setor agrícola caracterizado por formas modernas de produção em larga escala voltada para a exportação. Como decorrência, os efeitos sobre a absorção/ou retenção da mão de obra na zona rural permanecem pouco significativos. Ademais, os impactos socioambientais desse modelo são substanciais. Um estudo realizado por Lemos (2006) mostrou que a prática de uma agricultura intensiva no uso de máquinas e agroquímicos apresentou forte degradação dos recursos naturais dos ecossistemas dos cerrados do Nordeste assim como de outras regiões. Esse fato tem provocado uma redução efetiva de áreas destinadas aos agricultores, contribuindo para o “êxodo rural dessas áreas por absoluta falta de condições de sustentação para a produção agrícola tanto voltada para a segurança alimentar das famílias como para a geração de renda monetária” (p.286).

O cerne da questão que é a concentração dos latifúndios permaneceu intocado gerando uma massa de explorados não contemplados com a legislação, sem terras, sem crédito, sem política pública justa que reverta a situação, empobrecido, miserável e possível migrante. É o acomodamento das desigualdades no campo e a falta de políticas públicas para enfrentar a concentração e realizar a reforma agrária. Enquanto o empobrecimento da classe média caminha para dividir a sociedade urbana entre o privilégio e carência, o campo se divide entre barões da terra e os boias-frias.

Observando dados do INCRA para os anos 90 e 2000 (ALCANTARA FILHO; OLIVEIRA FONTES, 2009, p. 79-80) admitem que:

“No Nordeste, todos os estados permaneceram praticamente inalterados e com níveis altos de concentração. O único estado que apresenta uma breve variação é o Maranhão, porém mantendo-se em patamares elevados de desigualdade, de modo que não altera estruturalmente a composição da terra. Para as regiões Sudeste e Sul, mantêm-se as mesmas condições do Nordeste, contudo em níveis não tão altos de concentração”.

Aliás, nenhuma das regiões brasileiras apresentou resultados significativos de desconcentração de terras. “Mesmo contendo grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas no país, o conservadorismo no campo prevalece aos interesses sociais” (ALCANTARA FILHO e OLIVEIRA FONTES, 2009).

Não é razoável que no Nordeste se produza frutas, soja, café, açúcar e que essas atividades sejam exploradas em sua maioria pela agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar, restando ao agricultor de subsistência, aquele do arroz, milho e feijão, as políticas de transferências de renda, notadamente, Bolsa Família e Seguro Safra, Seguro Defeso, Abono Salarial, bem como ao aposentado as Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada.

O fato inconteste é que a ausência da Reforma Agrária é diretamente geradora de pobreza e extrema pobreza observada na maioria dos municípios do Nordeste. Nestes, a receita total é menor do que a soma do Bolsa Família e da Previdência Social confirmando a importância dessas políticas para o sustento econômico da Região.

Um caso emblemático é o Estado do Ceará, onde, em todos os municípios, os benefícios da previdência superam o repasse Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios, inclusive em Fortaleza. Em 71 municípios do Ceará, do total de 184, os benefícios previdenciários são maiores do que as receitas totais e em 33 representa mais de 90%, portanto, pelo menos 104 municípios cearenses possuem elevado grau de dependência em relação aos benefícios previdenciários, se somarmos outros programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, a relação de dependência das políticas de transferência de renda se estende para quase todos (MENELEU NETO; PESSOA DE OLIVEIRA, 2017).

O processo de modernização ou mecanização da agricultura em que se deu a substituição da tração animal pelo trator, do adubo natural pelo químico e do aumento de fertilizantes e agrotóxicos, da substituição de uma colheitadeira de cana-de-açúcar por 200 trabalhadores, concentrou ainda mais a estrutura agrária e gerou desemprego e exclusão. A estrutura agrária agora é comandada pelo grande capital nacional e internacional integrado e subordinando economias periféricas como salienta Graziano (2013, p. 166), “Esse processo é caracterizado pela integração dos capitais. A burguesia agrária hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada inclusive com interesses profundamente imbricados entre si”.

A passagem dos complexos rurais para os agroindustriais como soja, açúcar e álcool em larga escala com a soja da Região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) faz parte de um processo desigual e excludente que favorece o capital em detrimento dos pequenos agricultores, que sem terras e financiamento, só resta oferecer mão de obra barata aos detentores do capital. Estamos falando do território que mais produz grãos do Nordeste, ou seja, a lógica agroindustrial se sobrepõe às regiões periféricas e constitui-se nas suas principais atividades.

Vale destacar também a consolidação de uma estrutura produtiva capital intensiva, em franco desacordo com a disponibilidade fatorial da Região. A utilização de técnicas poupadoras de mão de obra acontece até mesmo em segmentos mais tradicionais da estrutura industrial. No caso da indústria de calçados, por exemplo, o deslocamento de parte de firmas calçadistas do Sul e Sudeste do país para os estados nordestinos resultou da perda de competitividade dos produtores desse segmento em virtude da valorização do câmbio e da intensificação da concorrência externa, principalmente da concorrência asiática. Uma vez instalados na Região, os produtores buscaram utilizar técnicas poupadoras de mão de obra na perspectiva de incrementar os ganhos de produtividade. O propósito é associar esses ganhos de produtividade com a estabilidade do rendimento médio dos trabalhadores no chão de fábrica (CASTRO e AMÉRICO MOREIRA, 2009)

Assim, no contexto de um modelo rentista/extrativista, no qual a integração e a formação de corporações permitem que a predominância da agropecuária modernizada produza mais exclusão e desigualdade, e com o setor industrial cada vez menos absorvedor de mão de obra, as políticas de transferência de renda consolidam-se como mitigadoras de conflitos sociais. Neste sentido, no próximo tópico, será delineado um panorama da desigualdade e das condições sociais da Região Nordeste.

## 4 A Persistência da Desigualdade

Em 1959, por ocasião da elaboração do documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Celso Furtado expõe a desigualdade regional como questão de política nacional, “como o mais grave problema a enfrentar nesta etapa do desenvolvimento econômico nacional” (GTDN,

1959, p.9). De fato, a Região Nordeste abrigava 50% da população brasileira, com renda per capita que correspondia a apenas 32% da média do país. O diagnóstico do documento era que a manutenção das tendências de crescimento dos rendimentos levariam ao aprofundamento das desigualdades regionais.

A partir deste estudo, foram concebidas estratégias de desenvolvimento para a Região Nordeste que conduziram o espaço a uma inserção na matriz industrial nacional com “papel subordinado ao espaço econômico mais dinâmico” - o Sudeste (FERREIRA, 2006, p. 51). Conforme exposto nos tópicos 2 e 3 deste estudo, o Nordeste sofreu modificações urbanas e industriais passando na matriz do setor secundário a atuar como produtor de bens intermediários.

No século XXI, a caracterização do “contraponto inacabado” (FERREIRA, 2006) apresenta diversas faces – não somente a da estrutura produtiva. O objetivo deste tópico é trazer elementos que revelem que, a despeito de quase sessenta anos de política de desenvolvimento regional, a diferença entre os indicadores sociais do Nordeste e a média brasileira ainda são significativos.

A ideia central é de que, as políticas de desenvolvimento regional, aplicadas no período citado, de forma irregular e descontínua e centradas, por, pelo menos, três décadas (1960 a 1980), em investimento em capital fixo apenas compensaram, parcialmente, os efeitos de políticas macroeconômicas nacionais que se espriam de forma não uniforme por todo o território nacional.

Cumprir ressaltar a importância e a persistência do tema da desigualdade econômica e social no território brasileiro. A Constituição Federal de 1988 salienta a relevância do assunto, em seu artigo III, quando define como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza, da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais (grifo nosso).

Internacionalmente, a desigualdade e o desenvolvimento têm sido colocados no topo de agendas governamentais tanto de países desenvolvidos, como no caso dos participantes da União Europeia, como em desenvolvimento. O tema permeia trabalhos de autores de diferentes escolas econômicas como PIKETTY (2014) e STIGLITZ (2014).

Dentre os pensadores que abordam desigualdade e desenvolvimento, destaca-se Sen (1999, p. 51), estudioso que associa desenvolvimento à liberdade. Sen (1999) aponta que a “expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento”. Dentre as liberdades instrumentais o autor cita as liberdades políticas, as econômicas, as sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

Neste tópico analisar-se-á as liberdades econômicas, sociais e de segurança protetora da Região Nordeste. As liberdades políticas (incluindo-se os denominados direitos civis) e garantias de transparência são expressas nacionalmente, portanto não serão abordadas.

Para Sen, as facilidades econômicas são oportunidades para consumo, produção e troca. Um indicador para expressar a deficiência desta facilidade é a insuficiência de renda. Entre 2002 e 2014, a Região Nordeste registrou taxa de crescimento do PIB 58,8%. Este incremento é superior tanto à expansão nacional (50,7%), como à do Sudeste (45,9%) e levou ao crescimento da participação nordestina no valor adicionado brasileiro de 13,1% em 2002 para 13,9% em 2014.

No que toca à renda per capita, que é, quando insuficiente, na visão de Barros, Henriques e Mendonça (2000), caracterizadora de pobreza, o Nordeste (R\$ 13.920) representava 52% da nacional em 2016. Donde se constata que, as políticas de desenvolvimento regional detiveram a tendência de incremento da desigualdade de rendas prevista no GTDN, mantendo, contudo, ainda uma diferença expressiva entre o poder de compra do brasileiro médio e o do nordestino. Resende et al. (2015) projetam que ainda é necessário meio século para que o Nordeste venha a atingir setenta e cinco por cento da renda per capita brasileira.

A baixa renda per capita tem implicações não somente sobre as possibilidades de consumo de bens e serviços pela população local mas também sobre a capacidade das unidades federativas locais realizarem suas funções alocativas e distributivas típicas do papel do setor público. Considerando que o formato de arrecadação dos principais impostos estaduais como o ICMS é de elevada regressividade, a incidência



sobre populações de baixa renda per capita acentuam esta propriedade. Portanto, a regressividade tributária se torna mais elevada no Nordeste que na média nacional.

Fernandes et al. (2019) corroboram o disposto acerca do caráter regressivo da arrecadação tributária no Brasil:

“O sistema tributário brasileiro enfatiza sobremaneira os impostos indiretos – que representam mais de 51% da carga tributária bruta total. A insistência do país em impostos sobre bens e serviços (impostos indiretos) – em detrimento de impostos sobre a renda e a propriedade (impostos diretos) – sabota a aplicação real do princípio de capacidade contributiva, resultando em um sistema regressivo no qual famílias de renda proporcionalmente menor financiam uma maior fatia do Estado” (FERNANDES, 2019, p.5).

Considerando-se os três últimos anos (primeiro trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2019) pesquisados na PNAD contínua, a renda média auferida habitualmente pelo trabalho do nordestino representou 68% do mesmo indicador nacional.

Sen dispõe sobre a importância das oportunidades sociais, expressas nas áreas de educação e saúde como medida de desenvolvimento. Neste sentido, o índice de desenvolvimento humano municipal é revelador deste aspecto da liberdade humana.

Uma análise ao longo do tempo, revela melhoria dos IDH municipal brasileiro entre 1991 e 2015. O país é classificado como de alto desenvolvimento humano, com melhoria dos indicadores de IDH no período. Contudo, como pondera Barros et al. (2000), o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. A análise desagregada do IDH-M demonstra que a situação absoluta de deficiência de renda para milhões de habitantes é um problema nacional e regional.

O dado mais recente de mensuração de IDH-M é de 2017. Naquele ano, três unidades da federação apresentaram desenvolvimento humano muito alto (São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal) e outros vinte estados, alto IDH-M. Apenas as unidades federativas do Maranhão Piauí, Alagoas (Nordeste) e Pará (Norte) registraram IDH-M médio.

A decomposição dos dados do IDH-M torna público que, à exceção do Ceará, todos os estados nordestinos têm IDH-M educação médio, o mesmo ocorrendo com o Pará e o Acre. Portanto, na visão de Sen (1999), as oportunidades sociais nas áreas de educação que influenciam tanto na condução da vida privada como na participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas são menores no Nordeste.

No indicador IDH – renda per capita, mais uma vez, a totalidade da Região registra desempenho médio, sendo acompanhada pela maior parte dos municípios da Região Norte.

No que toca aos dados acerca de extrema pobreza, constata-se que, em 2015, a Região Nordeste concentrava o maior percentual populacional (10,8%) em situação de extrema pobreza, valor três vezes maior que a média nacional (3,6%). Os estados nordestinos registram um mínimo de 5,3% no Rio Grande do Norte e um máximo de 12,4% no Maranhão.

Outro indicador relevante, particularmente em momentos de crise econômica é a mensuração da vulnerabilidade à pobreza. Para o país, a estatística é de 24,3% enquanto os estados nordestinos oscilam entre 36,7 e 51,2%, no ano de 2015.

Esta vulnerabilidade é refletida no montante recebido pela Região de programas de transferência de renda como o Bolsa – família. Em 2017, do total de 13.809.611 famílias beneficiadas 50,6% moravam no Nordeste. As famílias nordestinas receberam, em média R\$185,21 mensais. Este recurso tanto tem impacto direto sobre o bem-estar dos beneficiados como indireto na dinâmica das economias locais, inclusive com recolhimento de impostos.

Tendo em vista a crise que acomete a economia nacional nos últimos anos, é razoável concluir que seja provável o crescimento do número de pessoas em situação de extrema pobreza no Nordeste brasileiro. Como proxy deste indicador, pode-se considerar, duas estatísticas selecionadas da PNAD contínua: a taxa de desocupação e o rendimento habitual auferido pelo trabalho.

Nos últimos três anos (do primeiro trimestre do 2016 a 2019), a taxa de desocupação nordestina tem excedido a brasileira, em média em 19,7%. No primeiro trimestre de 2019, por exemplo, o Nordeste teve taxa de desocupação de 15,3%, quando o Brasil apresentou 12,7%.

Ao mesmo tempo, para o triênio referido, os rendimentos habitualmente recebidos no trabalho nordestino tem sido 32% menores que os nacionais.

Assim, para a população nordestina a rede de segurança protetora é necessária para evitar sua redução à “miséria abjeta, e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. (SEN, 1999).

Para Sen (1999, p.60),

“A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda, regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados”.

A segurança protetora pode ser compreendida em políticas sociais com abrangência nacional como o PBF (Programa Bolsa Família – programa de transferência de renda do governo federal para cidadãos abaixo da linha de pobreza) e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) que assegura renda mensal de um salário mínimo aos idosos e aos portadores de deficiência que não apresentem condições para subsistência). Segundo Silveira Neto e Azzoni (2011) estes programas, considerados nacionais, têm apresentado impacto regional e são responsáveis por mais de 24% da redução das desigualdades regionais de renda.

Outras políticas públicas, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como o habitacional - Minha Casa Minha Vida, por terem foco na população com menor faixa de renda, também registram maior impacto na Região nordestina. Até mesmo a política de valorização do salário mínimo que gerou aumentos reais deste até 2016, produziu resultados diferenciados em regiões como o Nordeste.

Dados recentes, revelam que, nas etapas de expansão dos programas de transferência de renda no Brasil (até 2014), o índice de Gini sofreu um processo de queda, indicador de desconcentração da renda. Contudo, a partir de 2015, a análise de dados da renda do trabalho por domicílio per capita revela o aumento do Gini de 0,6014 (em setembro de 2015) para 0,6257 (em março de 2019), conforme dados da FGV/IBRE a partir de informações da PNAD contínua. A desigualdade pessoal que se aprofunda no país deve se refletir no Nordeste.

Assim, a análise das políticas de desenvolvimento regional não deve se restringir a instrumentos como os fundos constitucionais de desenvolvimento regional (FNE, FNO e FCO), instituídos na Constituição Federal de 1988, mas avaliar os efeitos tanto das políticas sociais como macroeconômicas nacionais que se distribuem de forma não uniforme em termos macrorregionais .

## 5 Considerações Finais

A expansão capitalista na direção do Nordeste apresentou-se na fase industrializante como um movimento de descentralização concentrada do capital, onde afirma-se uma lógica de dependência/subordinação. O aprofundamento do horizonte de investimentos incorporando o Nordeste na reprodução do capital contou com o papel decisivo do Estado, com mecanismos de taxaço do excedente que irão incentivar ou promover a acumulação.

Com a afirmação do poder da finança no plano mundial, consolida-se uma concepção liberal que passa a questionar a lógica industrializante consolidada no voluntarismo estatal. O redesenho do Estado, como suas políticas da abertura comercial e financeira e de estabilidade monetária, engendrou um duplo movimento de reprimarização/desindustrialização.

Essas transformações no plano mundial/nacional repercutem no cenário regional. O contexto de dominância financeira redefine o duplo aspecto de dependência/subordinação observado por Assuéro Ferreria na fase precedente. Nesse novo contexto, constata-se a realização de fortes investimentos dos grandes complexos agroindustriais na produção e exportação de produtos primários, em consonância com

o padrão de reprodução de especialização produtiva estabelecido no plano nacional. Vale acrescentar que essa dinâmica ocorre sem alterações da estrutura agrária herdada do século XVI.

Por outro lado, a Região recebeu substanciais investimentos industriais e de infraestrutura econômica e social, constituindo-se uma contra tendência ao movimento de desindustrialização em curso. A expansão da demanda regional foi igualmente influenciada pelas ações do estado no sentido de garantir uma política de valorização do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e a estratégia agressiva dos bancos públicos de ampliação do crédito. Vale destacar que as políticas sociais implementadas no plano nacional têm efeitos na Região significativos, constituindo-se um traço diferenciador da dinâmica observada na fase industrializante.

Diante da análise da questão regional nesse novo contexto de afirmação de uma lógica rentista/extrativista, qual será o limite e o espaço da política regional nos próximos anos?

O primeiro ponto a ser considerado é que a análise das políticas públicas sobre a Região Nordeste não deve se limitar a instrumentos do lado da oferta como o crédito disponibilizado através dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional (FNE, FNO e FCO), instituídos na Constituição Federal de 1988. É inquestionável que estes são instrumentos importantes no que toca ao incremento de capital físico da Região, mas têm limitações para a redução da desigualdade de oportunidades que aflige o nordestino.

Também do lado da oferta, devem ser estudados programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, que focam nas populações de baixa renda as quais estão concentradas geograficamente no Nordeste.

Saliente-se ainda a relevância do conhecimento sobre as políticas do lado da demanda, como políticas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, que apresenta impacto na dinamização do mercado interno e na geração de receitas para as prefeituras municipais como assinala o trabalho de Meneleu Neto e Pessoa de Oliveira (2017).

Trabalhos como o de Lavinias (2014) revelam que 63% dos brasileiros julgam a educação e a saúde como bens públicos e universais. Daí conclui-se que, a fim de atenuar a desigualdade de oportunidades em virtude de diferenças geográficas, é fundamental o incremento tanto na qualidade como na quantidade de equipamentos de saúde e educação no Nordeste. Esta expansão parece ser limitada, ao menos no curto prazo, dado o quadro recessivo e a dificuldade fiscal do Estado Nacional.

Mais ainda, políticas macroeconômicas como a determinação da taxa de juros básica podem afetar de forma diferenciada os espaços regionais. A ideia de Ferreira (1983) que o Nordeste é o contraponto inacabado subordinado ao espaço nacional parece permanecer. E o receituário para minimizar as desigualdades regionais se tornou mais complexo: é necessária a análise dos efeitos de políticas nacionais sobre o espaço local.

Voltando a Celso Furtado (1967) que afirmava que a desigualdade regional é o mais grave problema a enfrentar, é possível afirmar hoje que a desigualdade regional é um problema do país – não somente da Região. As políticas nacionais, de fato, têm tido efeito diferenciado local. E, em uma ótica de economias em desenvolvimento dentro do capitalismo financeiro, talvez o maior problema deste século seja a desigualdade dentro das nações e entre elas.

## Referências

ALCANTARA FILHO, José Luiz; OLIVEIRA FONTES, Rosa Maria. Formação da Propriedade e a Concentração de Terras no Brasil. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**. Juiz de Fora, MG, v. 4, n. 7, 2009.

ALMEIDA, Daniel Keller de. Os Resultados de 2008 e os primeiros impactos da crise sobre o comércio exterior brasileiro. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

INDUSTRIAL. São Paulo: IEDI, mar. 2009. Disponível em: [https://iedi.org.br/artigos/top/estudos\\_comercio/os\\_resultados\\_de\\_2008\\_e\\_os\\_primeiros\\_impactos\\_da\\_crise\\_sobre\\_o\\_comercio\\_exterior\\_brasileiro.html](https://iedi.org.br/artigos/top/estudos_comercio/os_resultados_de_2008_e_os_primeiros_impactos_da_crise_sobre_o_comercio_exterior_brasileiro.html). Acesso em: 30 maio 2019.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; PIMENTEL, Romênia. Modelo Liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 47, n.3, 2016, p. 167-180.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; FORTI SHERER, André Luís. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 30, n.1, 2002. p. 49-73.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emanuel. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Niterói, n. 38, jun. 2014, p. 89-106.

ANÁLISE dos Resultados para Brasil : 2011 a 2015. **Radar IDHM**. PNUD; Fundação João Pinheiro; IPEA, ag. 2017. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM\\_VERSAO\\_Final.pdf](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_VERSAO_Final.pdf). Acesso em 30 maio 2019.

BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 540-560.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. 2000, vol. 15, n. 42, p. 123-142. ISSN 0102-6909. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>. Acesso em: 30 maio 2019.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

CASTRO, Inez Silvia Batista; AMÉRICO MOREIRA, Carlos. Reestruturação da Indústria de Caçados na Região Nordeste nas Décadas 1990/2000. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, out.- dez. 2009, p. 851-868.

CORREIA DE ANDRADE, Sandra Maria. A Questão Agrária no Nordeste. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 1997.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. Outras Palavras. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ELI DA VEIGA, José. **A Questão Agrária Brasileira**. 5. ed. Apresentação do livro de Caio Prado Jr. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

FERNANDES, Rodrigo Cardoso; CAMPOLINA, Bernardo; SILVEIRA, Fernando Geiger. **Imposto de Renda e Distribuição de Renda no Brasil**. Brasília: Ipea. Fev. 2019. (Texto para Discussão 2449).

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 3, p. 71-87, São Paulo, jul.-set. 1983.

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste Brasileiro: contraponto inacabado da acumulação? In: **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Maria Cleide Carlos Bernal (org.) Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal do Ceará, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

FONTENELE, Ana Maria; MELO, Maria Cristina Pereira de. **Comércio exterior do Nordeste (1980-2008) e dilemas de política pública em uma economia pobre com pauta concentrada**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 7, p. 322-348, out. 2010. (Cadernos de Desenvolvimento)

FONTENELE, Ana Maria; OLIVEIRA, Alfredo Pessoa; CAVALCANTE, Jacqueline Franco. **Dos Avanços advindos das políticas de combate à pobreza a perspectiva da captura populista do seu povo: algumas perspectivas para o Nordeste de um Brasil governado por conservadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. No prelo.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2.ed. Recife: SUDENE, 1967. Disponível em: [http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN\\_-\\_segunda\\_edicao.pdf](http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN_-_segunda_edicao.pdf). Acesso em: 30 maio 2019.

GOMES, G. M. **Macroeconomia do Nordeste**: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional. Brasília: IICA, 2014. No prelo.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio Internacional**: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária**. In: STÉDILE, JOÃO PEDRO (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. 2.ed. São Paulo: editora Expressão Popular, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto por unidade de federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 1 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Residente Enviada ao Tribunal de Contas da União**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 30 maio 2019.

LAVINAS, Lenas (coord.). **Percepções sobre desigualdade de pobreza**: o que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014, 161 p.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Exclusão Social nos Cerrados do Nordeste Brasileiro**. In: BERNAL, Cleide. *A Economia do Nordeste na Fase Contemporânea*. Fortaleza: Edições UFC, 2006. 303p.

MELO, Maria Cristina Pereira de; AMÉRICO MOREIRA, Carlos; WEBER, Alexandre. **O Nordeste do Brasil na Expansão do Comércio Chinês**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

MENELEU NETO, José; PESSOA DE OLIVEIRA, Alfredo. **Reforma Previdenciária no Brasil**: impactos sócio-espaciais. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2017. Mimeografado.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Intrínseca: 2014, 669 p.

RESENDE, Guilherme Mendes *et al.* **Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional do Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2015. 50p. (Texto para Discussão, 2054).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 459 p.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Non-spatial government policies and regional income inequality in Brazil. **Regional Studies**, v. 45, n. 4, p. 453-461, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand Editora Ltda, 2014, 495p.

TAVARES, Maria Conceição; BELUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. **Desenvolvimento no Brasil**: lembrando um velho tema. Nações Unidas Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, n. 1558, 2002.

